

O PAPA NA AMÉRICA CENTRAL

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n. 86, jul.-ago. 19/83, p. 84-65.)

A visita do Papa à América Central, de 2 a 9 de março de 1983, foi certamente uma das viagens mais faladas e mais politicamente instrumentalizadas, sobretudo pelas forças direitistas que se aproveitaram das palavras do Papa para condenar o esforço de renovação da Igreja que se solidariza com os setores mais explorados destes países, procurando apoiar suas lutas de libertação.

Viagem difícil, não tanto pelas ameaças de morte, quanto pela situação explosiva de quase todos os países da América Central, que inevitavelmente se reflete na Igreja, chamada a posicionamentos mais concretos. Particularmente explorado pela imprensa internacional e por setores conservadores da Igreja, foi o que se chamou de "profanação da Eucaristia" em Nicarágua. Pela primeira vez em suas viagens o Papa era questionado pela voz do povo.

Grandes eram as expectativas de todos os setores: o povo alimentava a esperança de poder ouvir uma palavra de paz; o poder conservador pensava capitalizar a visita para fortalecer-se; os setores de Igreja, divididos entre si, almejavam uma maior união, cada um segundo sua perspectiva.

Por todos esses motivos, achamos válida uma breve análise da viagem, que permita uma interpretação mais correta da mesma, sobretudo por razão da instrumentalização ideológica da grande imprensa. Além disso, apesar da situação bem diferente do ponto de vista político eclesial, não deixa de ser importante essa reflexão também para a Igreja brasileira, seja no sentido de poder manifestar uma sempre maior solidariedade com os irmãos que sofrem e lutam na América Central, seja para tirar lições para a própria pastoral brasileira.

1. OS DISCURSOS

Como de costume foram muitos, variados, dirigidos a diferentes categorias de pessoas nos diferentes países e tocando temas prevalentemente teológicos sobretudo nas homílias das Celebrações Eucarísticas.

Na intenção do Papa a visita tinha “o caráter eminentemente religioso que deriva da missão da Igreja e do ministério confiado por Cristo a Pedro e aos seus sucessores: proclamar a fé e a salvação de Cristo Jesus ao homem de hoje” (*Mensagem antes de iniciar a viagem*). Isto não significa que não tenha tratado temas mais diretamente ligados à situação sócio-política da região. Significativamente, depois de sua viagem o Papa resumiu sua experiência lembrando o estado de grande tensão interna existente nas sociedades visitadas: "As tensões têm a sua origem nas antigas estruturas sócio-econômicas, nas estruturas injustas que permitem a acumulação de maior parte dos bens nas mãos de uma elite pouco numerosa, ao lado da contemporânea pobreza e miséria de uma enorme maioria da sociedade. Este sistema injusto deve ser mudado por meio de reformas adequadas e com a observância dos princípios da democracia social" (*Alocução do dia 16 de março*).

Em síntese, foram os seguintes os temas tratados nas homílias:

- Na Costa Rica insistiu sobre o **amor à Santa Igreja**, questionando os que a criticam como se estivessem à margem dela ou ficam indiferentes; no mesmo tempo lembrou que a Igreja "exorta-nos a comprometermo-nos na eliminação da injustiça, a trabalhar pela paz e superação do ódio e da violência...".

- Na Nicarágua enfrentou o tema da **unidade da Igreja**, considerando-a "Família de Deus" e lembrando o texto de S. Paulo: "somos um só em Cristo" (Gálatas 3,28); apontou os perigos que ameaçam a unidade: a primazia dada a "considerações terrenas, compromissos ideológicos, opções temporais, inclusivamente concepções da Igreja que suplantam a verdadeira"; indicou a necessidade de submeter "nossas concepções doutrinárias e os nossos projetos pastorais ao magistério da Igreja;
- No Panamá falou do **matrimônio** como amor recíproco e caminho de maturidade humana e cristã.
- Em El Salvador, lembrando "o mal da divisão entre os homens, que semeou o mundo de supulcros, com as guerras, com essa terrível espiral do ódio que arrasa, aniquila, em forma tétrica e insensata", insistiu sobre a necessidade da **paz e da reconciliação**; questionou as ideologias e exigiu a conversão do "rico" e daqueles que "recorrem ao terrorismo".
- Na Guatemala centralizou sua reflexão na **fé**, recordando porém que "se pode fazer morrer o irmão pouco a pouco, dia a dia, quando se lhe impede o acesso aos bens que Deus criou para benefício de todos e não só para proveito de alguns poucos. Essa promoção humana é parte integrante da evangelização e da fé".
- Em Honduras, na praça diante do Santuário da Virgem de Suyapa, apresentou **Maria** como a "Mulher nova": "Cada cristão deveria ser capaz de reconhecer no rosto de uma menina, de uma jovem, de uma mãe, de uma anciã, algo do mistério mesmo daquela que é a Mulher nova".
- Em Belize, voltando ao tema da unidade tratou a problemática do **ecumenismo**, lembrando que "a fraternal e sincera colaboração no serviço cristão em favor dos homens será um sinal seguro de uma verdadeira vida evangélica".
- - No Haiti falou da **Eucaristia** e de **Nossa Senhora**; diante das injustiças e desigualdades existentes, afirmou que "a Igreja tem neste domínio uma missão profética, inseparável da sua missão religiosa (...). O fato de ser membros do Corpo de Cristo e de participar no seu banquete eucarístico, empenhou-vos na promoção das mudanças necessárias".

As mensagens específicas retomaram os mesmos temas, sempre procurando relacionar fé e justiça:

- Com os Bispos do Secretariado Episcopal da A.C. (SEDAC) tratou o tema da **unidade** na Igreja e na sociedade. "A unidade interna da Igreja exige o acatamento pronto e sincero ao pensamento dos Pastores". No mesmo tempo o Papa lembrou o sentido cristão do Povo de Deus.
- Aos Bispos da Assembléia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) indicou o que significa **ser bispos** hoje na América Latina: bispos de um povo profundamente religioso, empenhados na sua missão espiritual, para um povo que sofre. Reconhecendo as "profundas injustiças, exploração de uns por outros, graves faltas de equidade na distribuição das riquezas e dos bens da cultura", alertou contra a "pressão ideológica" e a "tentação de combater a injustiça com a violência".
- Às religiosas e aos religiosos o Papa lembrou a "**necessária opção preferencial, não exclusiva, em favor dos pobres**", sem se deixar "enganar por ideologias partidárias", sem

"conceber a vida religiosa à margem dos bispos", excluindo "qualquer tipo de apostolado ou magistério paralelo ao dos bispos".

- Aos sacerdotes lembrou a "**identidade do sacerdócio e o compromisso da missão aqui e agora**", insistindo sobre a integridade doutrinal e alertando contra um "compromisso revolucionário que pretende mudar as coisas e as estruturas, recorrendo inclusivamente à violência".
- Aos jovens e ao mundo universitário pediu de "comprometer-se para uma **nova sociedade**", de "defender o homem, os seus direitos e a sua liberdade", sem se fechar "ao sentido do absoluto e do transcendente".
- Com os educadores da fé e os delegados da Palavra defendeu a "liberdade das famílias" e a **liberdade do ensino** no processo educativo" e a necessidade de indicar "as implicações e aplicações sociais da palavra", mantendo-se sempre "em estreita comunhão com os bispos".
- Diante dos camponeses o Papa reconheceu a **situação trágica de exploração**, apelou para o compromisso dos interessados, sem porém "deixar-se arrastar pela tentação da violência, da guerrilha armada ou da luta egoísta de classes".
- Aos indígenas da Guatemala o Papa afirmou "A Igreja conhece a **marginalização** que sofreis; as injustiças que suportais (...). Por isso, ao cumprir a sua obra de evangelização, ela quer estar junto de vós e elevar a sua voz de condenação (...). Ninguém pretenda nunca mais confundir evangelização com subversão".

Aos trabalhadores o Papa lembrou os pontos principais de sua Encíclica sobre o Trabalho, a "prioridade do **trabalho** sobre o capital" e a necessidade de reconhecer o trabalhador como "sócio e colaborador no processo produtivo".

Antes de aprofundarmos dois temas que aparecem mais importantes e que mais recorrem nas palavras do Papa, a **Unidade da Igreja** e o **Problema da Justiça e Paz**, vamos fazer algumas considerações gerais.

Devemos respeitar a globalidade do ensinamento do Papa, deixando-nos questionar por suas palavras, também quando nos fala de exigências que não nos parecem prioritárias na situação concreta vivida. Que significa sua insistência sobre a fé, a Eucaristia, a fidelidade à doutrina cristã, a unidade da igreja, a dependência do magistério eclesial? Certamente são valores importantes que não podem ser abandonados. Qual o sentido de seus alertas contra o perigo das ideologias, da violência, do ódio?

Devemos, no mesmo tempo, interpretar as palavras de João Paulo II com integridade e sem reducionismos, colocando-as no contexto geral do magistério eclesial, onde uma encíclica tem mais peso do que uma homilia. Isso exige um sentido crítico. A absolutização da pessoa do sucessor de Pedro e de suas palavras, feita por certos setores da Igreja e que, às vezes, lembra uma espécie de idolatria, significa um desserviço ao próprio Papa, não é verdadeira obediência evangélica e não permite a necessária interpretação de sua orientação a partir do contexto concreto de América Latina.

Os discursos do Papa têm um nível bastante geral e abstrato, quer dizer, abstraem das determinações mais concretas de cada país e cada situação, ficando nos princípios sem descer a aplicações. Ele mesmo afirmou que seu ensinamento era "global", queria ter um "caráter unitário" (*Discurso ao*

SEDAC). No fim da viagem, reconhecendo que os países da América Central "são diversos um do outro", disse que seu "programa era próprio para cada país e, ao mesmo tempo, comum para todos" (*Alocução do dia 16 de março*).

Houve explicitações mais diretas sobretudo no caso da Guatemala e do Haiti. No país do Presidente Rios Montt, fanático religioso apoiado pelos Estados Unidos, autor de uma política de genocídio sistemático e que acabava de mandar fuzilar 6 condenados a morte - fato considerado "incrível e deplorável" pelo Núncio Apostólico -, o Papa foi bem vigoroso ao denunciar a violação dos direitos, a violência, as torturas, o sequestro. "Deus proíbe matar" disse às centenas de milhares de índios que o ouviam, numa clara alusão à execução da véspera. No Haiti, onde o Presidente vitalício Jean-Claude Duvalier conduz uma política de exploração e de miséria do povo, João Paulo II teve palavras claras de crítica: "Existe uma profunda necessidade de justiça, de uma melhor distribuição dos bens, de uma organização mais equilibrada da sociedade com maior participação de todos, de uma concepção mais **desinteressada** (grifo nosso) do serviço em favor de todos" (*No encerramento do Congresso Eucarístico*).

Noutros lugares ficou mais genérico, sobretudo em El Salvador e na Nicarágua, não reconhecendo a contribuição da luta popular e criticando o "terrorismo, quer de esquerda quer de direita", dando com isso cobertura, mesmo não querendo, às forças conservadoras. O discurso, não apresentando um ulterior discernimento sobre "esquerda" e direita", na prática, foi interpretado como crítica mais leve para com os governos conservadores e mais pesada para com a luta popular contra tais governos.

Temas e linguagem foram muito teológicos. Pode ser natural ao falar para bispos e padres, mas no caso das homílias das grandes concentrações a consequência é a incomunicabilidade com o povo, que tem outra linguagem e outras preocupações, mesmo quando muito religioso. Nesse caso tornam-se mais importantes a presença e os gestos do Pastor e não tanto seu discurso que fica, pelo menos em parte, incompreensível.

Mais teológico significa, também, uma preocupação mais interna à Igreja. Houve omissões em reconhecer caminhos positivos da luta popular e da renovação da Igreja que mais se solidariza com os pobres; houve mais preocupação em alertar contra os perigos da abertura e em lembrar a identidade e definição da Igreja e das diferentes funções eclesiais. E isso mais em abstrato, sem considerar as falhas e a pouca coerência evangélica que atinge também a hierarquia da Igreja. Vários bispos apóiam os regimes repressivos e o ultradireitista bispo de San Vicente (El Salvador), Dom Pedro Arnaldo Aparício, acabava de denunciar ao Presidente que há pelo menos 30 sacerdotes integrados na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

O discurso de João Paulo II apresenta certas dificuldades para os setores da Igreja latino-americana comprometidos com a renovação pastoral. Enquadra-se em categorias mais dualistas, oposição Hierarquia-Povo de Deus e Igreja-Mundo, superadas pela perspectiva do Concílio Ecumênico Vaticano II do primado do Povo de Deus e da abertura da Igreja ao Mundo, perspectiva concretizada para a América Latina nas Assembléias dos Bispos em Medellín e Puebla, que colocam como ponto de partida e preocupação fundamental "o surdo clamor que brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes advém de parte nenhuma" (Medellín, n. 14), clamor que se torna "cada vez mais impressionante" (Puebla, n. 87).

Achamos que por essas razões - seu nível geral, sua preocupação interna e seu distanciamento da compreensão do povo - os discursos de João Paulo II foram menos proféticos e favoreceram mais uma instrumentalização conservadora, e sua viagem resultou - contra suas intenções - numa viagem "mais política que pastoral", segundo o parecer do jesuíta Rogério Pedraz da Universidade de San

Salvador.

2 A UNIDADE DA IGREJA

Foi certamente a preocupação principal de João Paulo II. Devemos reconhecer o motivo, considerando, de um lado, a situação tremendamente conflitiva dos países visitados e seus reflexos dentro das Igrejas; do outro lado, a função do Pastor, centro da unidade da Igreja.

Na Igreja de América Central, talvez mais que no Brasil, por razão do conflito radical presente na sociedade daqueles países, há duas linhas que, se não chegam a uma ruptura formal, são bem contraditórias entre si: uma que apóia os regimes repressivos no poder e a outra que favorece a guerrilha. Há bispos direitistas favorecidos pelo poder oficial e bispos e padres exilados ou mortos pelo mesmo poder. O conflito de classe não pode não influir também na Igreja. Já em sua *Carta aos Bispos de El Salvador* (06.08.82), João Paulo II reconhecia que "as discórdias e as divisões (...) têm sua raiz verdadeira e profunda nas situações de injustiça social".

Logo no início de sua visita, ao falar aos bispos do SEDAC, lembrou a "unidade na sua forma mais plena e perfeita que nos é proposta como exemplo: a do Filho com o Pai". Os bispos, "princípio de unidade" devem preocupar-se com "a unidade na fé" para que "não se desarticule o nosso universo de fé". Ao longo de sua viagem, sempre voltou a preocupação pela unidade, concentrando sua reflexão na homília em Manágua.

"Trata-se, antes de tudo da unidade da Igreja, do Povo de Deus: do rebanho do único Pastor. Mas também (...) da unidade de todo o gênero humano". Na homília desenvolve o primeiro aspecto. O Papa lembra que Jesus morreu "para trazer à unidade os filhos de Deus que andavam dispersos"; que "na Igreja, como numa família, deve reinar a unidade na ordem"; e que todos "somos um só em Cristo". Essa unidade está baseada em um único Senhor, única fé, um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos e atua por meio de todos e se encontra em todos".

Trata-se evidentemente de valores fundamentais sobre os quais sempre nós devemos questionar. A palavra do Papa nos ajuda a retomar continuamente o caminho da unidade e da reconciliação, quando sabemos que o desejo de "poder" que está em nós é uma poderosa força de divisão. Também a integridade da fé deve ser preocupação constante para a Igreja cumprir sua missão libertadora.

Resta ver as situações concretas de divisão e os caminhos também concretos para construir tal unidade.

O Papa aponta vários perigos que ameaçam a unidade: considerações terrenas, compromissos ideológicos, opções temporais, magistérios paralelos, diferentes concepções de igreja (popular, carismática, não tradicional)... Tudo isso é risco e certamente existe. Mas não pode ser aplicado genericamente a setores de Igreja sem fazer uma análise mais detalhada e concreta. Tais advertências, muitas vezes, são aplicadas com grande facilidade (e isso é revelador!) a setores de Igreja comprometidos com os pobres e a luta popular. Nesses casos, habitualmente não se trata de Igreja paralela, de duas igrejas separadas, mas do esforço da Igreja (não sempre por todos acompanhado, é verdade) de viver os princípios evangélicos, de aplicar as orientações do Concílio, do Papa e dos bispos, de prestar atenção aos sinais dos tempos, de parar e prestar socorro ao ferido encontrado na margem da estrada, de abrir-se às novidades de vida e liberdade que brotam na história dos povos. Nessa caminhada feita sem se separar dos bispos, a Igreja se purifica, descobre seu pecado, procura mudar, renovar-se, aprofundar sua fé. Acontece que muitos - dentro e fora da Igreja - resistem, não querem perder sua segurança, seu poder, tomam distância, acusam. A divisão

que daí resulta é inevitável e benéfica. Devemos lembrar que Jesus Cristo, também hoje, se coloca contemporaneamente como "princípio de unidade" e "pedra de tropeço". Paulo e Barnabé, em sua abertura aos pagãos, suscitaram divisões na Igreja primitiva: "Os judeus instigaram mulheres religiosas e de elite na sociedade bem como os homens mais influentes da cidade e promoveram uma perseguição contra Paulo e Barnabé, expulsando-os do território" (Atos 13,50). O próprio Papa adverte isso quando nos lembra de "não confundir evangelização com subversão". Tal advertência vale também no interior da Igreja.

João Paulo II, ao fundamentar teologicamente a exigência da unidade, recorre a dois dados: a **unidade em Cristo**, participando do mesmo pão, e a **submissão ao magistério da Igreja**.

"Na Igreja - afirma o Papa - ninguém tem mais direito de cidadania que o outro: nem os judeus, nem os gregos, nem os escravos, nem os livres, nem os homens, nem as mulheres, nem os pobres, nem os ricos, porque todos somos um só em Cristo" (Gálatas 3,28). Tal afirmação de S. Paulo é compreensível no contexto da época que implicava o fim dos privilégios, aos olhos de Deus, dos judeus respeito aos gregos, dos livres respeito aos escravos, dos homens respeito às mulheres e, por consequência hoje, dos ricos respeito aos pobres. Sem tal interpretação a afirmação do Papa pode não ser entendida ou instrumentalizada.

O mesmo vale para a unidade ao redor do "mesmo pão" (1 Coríntios 10, 17), a Eucaristia. Paulo, mais adiante, avisa que se os cristãos não suprimiam as diferenças econômicas e sociais, se não "discerniam o Corpo do Senhor", isto é, não faziam justiça à morte do Senhor Jesus para reconstruir a fraternidade, comiam e bebiam sua própria condenação" (1 Coríntios II,29). A mesma fé em Cristo e mesma Eucaristia não são algo de mágico que dispensem do caminho penoso da luta pela unidade; ao contrário, exigem essa última.

Quando o Papa afirma que o sacerdote "não pode estar contra ninguém, mas deve abraçar a todos" (*Discurso aos sacerdotes em El Salvador*), não significa que sua ação não possa provocar divisões. Jesus veio para todos, mas sua ação e sua palavra marginalizaram os fariseus. O mesmo acontece hoje: os que escolhem o caminho da solidariedade com os pobres não querem excluir a ninguém, são os ricos que se excluem por não aceitarem tal opção. Quem divide na Igreja?

João Paulo II insiste continuamente sobre a necessidade de submeter-se ao magistério eclesiástico, ao Pastor sucessor de Pedro, aos bispos. A palavra "bispo", talvez, seja aquela que mais aparece em todos os discursos. Tal insistência questiona nossa visão horizontalista de Igreja. Nela o bispo tem uma função particular, de serviço para favorecer a unidade do corpo todo. É um dado que vem do Evangelho e que é retomado claramente pelo Concílio Vaticano II. Aqui também devemos ver em concreto como se realiza ou não se realiza tal relacionamento. Não sempre é fácil dentro de uma verdadeira fé amadurecida. Os conflitos presentes na sociedade e na própria Igreja, as orientações dessa última não sempre unitárias quando se trata de casos concretos, a falta de testemunho evangélico de muitos membros da Igreja, bispos também, impedem de considerar a fidelidade ao magistério, novamente, como um recurso mágico e fácil que elimine a responsabilidade pessoal.

Reconhecendo a razão circunstancial que o Papa podia ter para lembrar principalmente o magistério como caminho da unidade, podemos constatar a ausência de outros critérios, igualmente importantes, sem querer eliminar ou subestimar o primeiro: os sinais dos tempos, a voz dos pobres, o sentido do Espírito Santo presente no Povo de Deus... São critérios presentes nos documentos oficiais.

Lembrando as palavras do Papa aos bispos de El Salvador, se a injustiça social é a raiz profunda das discórdias, todo caminho para a unidade terá que enfrentar esse problema. Também na Igreja, mais

que motivos teológicos, é a questão da divisão de classes que está na raiz da desunião. Os cristãos de Nicarágua percebem isso quando escrevem ao Papa: "A verdade é que nós nunca nos chamamos Igreja Popular. Mas, simplesmente, só 'Igreja'. O que acontece é que alguém nos chama com este nome para poder, depois, dizer que não somos cristãos. (...) O Senhor nos convida à unidade eclesial, e nós queremos escutar seu apelo. (...) O Senhor repetidas vezes afirmou que a Igreja é a Igreja dos pobres, porque eles são os preferidos de Deus. Nesse compromisso pelos pobres, pela justiça e pela paz nós queremos nos unir" (Manágua, 15.08.82). Pena que João Paulo II, não tenha lembrado em seus discursos essas palavras!

Por último, considerando brevemente o apelo feito pelo Papa aos povos de América Central para o diálogo e a reconciliação, devemos compreendê-lo dentro da situação de oposição radical entre os governos repressores e a luta de libertação do povo. Qual é o diálogo possível entre presidentes como Somoza, Guillelmo Garcia e Rios Montts, de um lado, e os movimentos de libertação do outro? Apesar disso, a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional há mais de dois anos vem propondo negociações diretas entre o governo de El Salvador e seu comando. O governo recusou repetidamente. Não podemos considerar as eleições propostas como forma de diálogo, quando sabemos que se trata de uma farsa.

3. O CAMINHO DA JUSTIÇA E DA PAZ

Diante da tremenda e visível situação de injustiça, João Paulo II foi claro em afirmar a necessidade de criar "um urgente clima de justiça na sociedade centro-americana (*Homilia da Missa na Guatemala*). Tal tarefa é dos governantes, legisladores, empresários, comerciantes, industriais, agricultores, trabalhadores... Mas é afirmada, também com muita clareza, a responsabilidade e missão da Igreja. O Papa não se cansa de repetir em todas as homílias e em todos seus discursos às diferentes categorias da Igreja o compromisso pela justiça é parte integrante da missão evangélica. "Voltarei com frequência ao tema da justiça e da paz", diz aos bispos do SEDAC. "O Evangelho constitui-se em defesa do homem, sobretudo dos mais pobres" (*Discurso ao SEDAC*). "A promoção humana é parte integrante da evangelização e da fé (*Homilia da Missa na Guatemala*). Os religiosos devem estar "comprometidos na promoção da justiça na elevação cultural e humana do homem, na causa do pobre" (*Discurso aos religiosos*). Os bispos devem "ter uma preferência para os mais pobres". "As comunidades, com os seus presbíteros e diáconos como orientadores sejam cada vez mais promotoras do desenvolvimento humano integral, da justiça e da equidade, em benefício, em primeiro lugar, dos mais necessitados" (*Discurso aos bispos do CELAM*).

O posicionamento é claro. Também explícitas são as afirmações sobre os perigos que podem existir ao trilhar o caminho da justiça e da paz: possíveis radicalizações e instrumentalizações políticas, pressões ideológicas, violência e ódio. Esses alertas aparentemente claros, merecem um comentário pois sua interpretação, querendo respeitar o conjunto da doutrina social da igreja, não é simples. De fato, é nesse ponto que constatamos um grande reducionismo: os setores conservadores aproveitam-se para condenar toda e qualquer luta popular e o apoio da Igreja. Consideramos brevemente as duas questões que mais aparecem: da ideologia e da violência.

3.1. A questão das ideologias

Não cabe aqui entrar no complexo problema dos diferentes sentidos da palavra e de suas variadas interpretações. O Papa afirma que a Igreja deve ter cuidado com possíveis reduções ideológicas, deve recusar as pressões e os compromissos ideológicos. Também quando fala aos trabalhadores diz que "não há necessidade de recorrer a ideologias" (*Mensagem aos Trabalhadores*). Parece apontar a ideologia capitalista e a ideologia marxista. A primeira "se opõe à dignidade da pessoa humana e às suas justas aspirações em conformidade com os seus princípios da razão e da lei natural e eterna", a

segunda "vê na luta o motor da história.-na força a fonte do direito e na discriminação do inimigo o 'abc' da política" (*Homilia na Missa de El Salvador*). A mudança é possível "sem recorrer a métodos de violência nem a **sistemas de coletivismo**, que podem resultar não menos opressores da dignidade do homem que um **capitalismo puramente economista**" (*Discurso ao chegar na Costa Rica - grifos nossos*). Muitas vezes há uma quase identidade entre ideologia, violência e ódio. Recusando as ideologias, o Papa lembra que é possível combater as injustiças com a aplicação da doutrina social da Igreja" (*Homilia na Missa em El Salvador*).

É importante lembrar com o Papa que nem o Evangelho nem a doutrina social que dele provém são ideologias. A fé tem um caráter de totalidade e transcendência que questiona qualquer realização política, sempre parcial. E a ideologia, por definição, é parcial. Nesse sentido devemos entender os alertas contra os reducionismos para ficarmos fiéis à missão específica da Igreja.

No mesmo tempo essa missão exige um comprometimento concreto, uma ação. E nesse ponto que os princípios da fé e da doutrina social da Igreja são insuficientes e requerem outras mediações de análise e outros instrumentos de organização. O documento de Puebla é claro: "Nesse sentido positivo, as ideologias surgem como algo necessário para a esfera social, enquanto são mediações para a ação" (*Conclusões do CELAM em Puebla*, n. 535). O próprio Papa reconhece isso quando afirma: "não podia trazer-lhes a solução pronta, diante de problemas complexos que escapam à capacidade da Igreja" (*Discurso de despedida da Guatemala*). O Papa apresenta os princípios, as grandes orientações da fé, os perigos de determinadas mediações. Cabe à Igreja local, segundo a orientação da Encíclica *Populorum Progressio*, e aos diferentes setores da sociedade, concretizar ulteriormente, passar à prática, e para isso é preciso utilizar outras mediações, outros instrumentos, sem pretender substituir a responsabilidade do povo na organização da sociedade.

Ao rechaçar igualmente, sem ulterior distinção, capitalismo economista e sistema coletivista, sente-se, mais uma vez, a necessidade de uma análise mais concreta, caso contrário as afirmações podem ser interpretadas facilmente com uma clara oposição às lutas populares que se inspiram na ideologia marxista. Parece estar muito presente o modelo concreto dos socialismos da Europa Oriental com seus limites e injustiças. Na América Central há uma novidade que analisaremos mais adiante.

3.2. A questão da violência

João Paulo II manifesta-se contra a violência, a guerrilha, a luta armada, a luta revolucionária. Muitas vezes isso é sinônimo de ódio, de novas injustiças e opressões. Aqui também, a experiência histórica e o conhecimento do homem que provém da fé mostram quanto seja oportuna a lembrança do ideal cristão.

Nesse caso, porém, as afirmações se prestam facilmente para uma interpretação parcial e ideológica. Como é vista pelas elites a violência é sempre a "violência revolucionária", não é aquela que se pratica todos os dias contra as populações. Sente-se nesta problemática a ausência da perspectiva de Medellín: "A situação de injustiça pode chamar-se de violência institucionalizada" (*Documento sobre a Paz*, n.16).

O Papa parece condenar igualmente a violência fascista e a violência revolucionária, a segunda mais responsável por conter erros doutrinários. Será que não temos que inverter a perspectiva? A verdadeira violência é prioritariamente aquela do regime capitalista que explora os trabalhadores e mata os irmãos. A luta revolucionária é uma resistência a tal dominação, é a procura de relações mais fraternas. Nisso há uma diferença fundamental.

É muito difícil perceber isso fora do contexto do drama da América Central. Ouçamos a motivação do padre José Rutilio Sanchez quando comunicava ao seu bispo a decisão de integrar-se à FMLN: "Somente pretendo tomar a cruz e seguir a Jesus nos barrancos, nas trincheiras onde se vive o espírito e a letra das bem-aventuranças, criando as bases do Reino de Jesus, um mundo onde haja pão para todos, vestimenta para os esfarrapados e onde possamos enterrar os nossos mortos, que já não morrerão antes do tempo, de fome ou de violência e onde haja consolo para os tristes e escolas para o futuro".

Mesmo reconhecendo em João Paulo II uma igual condenação dos dois lados, que na prática favorece o regime atualmente no poder, o Papa parece oferecer algumas pistas para uma nova interpretação. Falando aos camponeses afirma: "Na busca de uma justiça maior e da vossa elevação, não podeis deixar-vos arrastar pela tentação da violência, da guerrilha armada ou da luta egoísta de classe (...). Há quem tenha interesse em que abandonéis o vosso trabalho para empunhar as armas do ódio e da luta contra outros irmãos vossos". Se se fala de luta egoísta de classe, pode-se pensar numa luta de classe não egoísta, "luta nobre pela justiça". E será que as armas sempre são do ódio e monopolizadas por interesses alheios?

Já os bispos de Nicarágua, na *Carta Pastoral* de 17.09.79 declaravam: "Quanto à luta de classes sociais, pensamos que uma coisa é o fato dinâmico da luta de classe que deve levar a uma justa transformação das estruturas, e outra é o ódio de classes que se dirige contra as pessoas e contradiz radicalmente ao dever cristão de reger-se pelo amor".

No Haiti o Papa lembrou um acontecimento histórico: "Há 170 anos, três mil soldados poloneses desembarcaram nesta ilha, enviados pelas forças de ocupação para reprimir a revolta da população que lutava pela sua independência política. Estes soldados, em vez de combater as legítimas aspirações de liberdade, simpatizaram com o povo haitano". A aplicação à situação atual é imediata. A luta pela independência política daquela época, que recebeu o apoio dos poloneses, lembra facilmente a luta atual pela independência econômica. Quando se desce a casos concretos e de forma participativa, também as conclusões podem ser diferentes.

4. A VISITA A NICARÁGUA

A presença do Papa na Nicarágua, tornou-se particularmente significativa pela situação do país onde o povo fez uma revolução com o apoio dos cristãos, atualmente dirigido por um governo de esquerda; pela reação do povo durante a Missa celebrada na Praça 19 de Julho de Nicarágua; e pelas conseqüências que teve a nível político-ideológico.

Os jornais falaram amplamente daquela que foi chamada "profanação da Eucaristia". O próprio Papa teve um aceno na síntese que fez de sua viagem: "Não é pensável que o Magistério da Eucaristia possa sofrer uma deformação, como infelizmente se verificou num caso, que por felicidade foi único (*Alocução do dia 16 de março*). Significativamente o ex-Presidente do CELAM, Cardeal Alfonso López Trujillo, saudava a João Paulo II no encontro com o CELAM, manifestando sua "profunda tristeza e a mágoa de milhões e milhões de latino-americanos pela insensata falta de respeito, pela lamentável profanação da qual foi objeto a Eucaristia e a vossa sagrada pessoa, peregrina de paz e de concórdia".

Com rapidez e eficácia extraordinárias, setores conservadores da Igreja e setores da burguesia nicaraguense, inclusive grupos contra revolucionários no estrangeiro, apropriaram-se dos símbolos e das palavras da visita do Papa. No mês de março realizou-se uma grande Missa em Miami que congregou numerosos exilados nicaraguenses e contou com a presença de Fernando Chamorro, chefe de grupos militares que estão atacando a Nicarágua. A missa foi em desagravo ao Papa e

converteu-se num verdadeiro ato político. Fernando Chamorro foi quem entregou o cálice na cerimônia. Nesse caso não se falou de "profanação eucarística"!

Na nossa revista, já tivemos ocasião de explicar e interpretar o episódio, que visto com maior distância assume o sentido de uma simples manifestação do desejo popular durante a Missa. Desejamos aqui colocar a visita do Papa no quadro mais amplo da situação de Nicarágua, vendo as atitudes do Papa diante da novidade da revolução nicaraguense.

O povo de Nicarágua, em sua imensa maioria, se preparou para esta visita. Foram impressos muitos folhetos (quase um milhão de exemplares), falando do Papa e explicando a visita. Várias pessoas e grupos manifestaram suas esperanças publicadas na coluna "o que você diria ao Santo Padre" do *Nuevo Diario*. Um grupo de padres e leigos escreve ao Papa: "Como Pastores, temos constatado nalguns dos nossos amigos a dor provocada pela perda de suas seguranças; não podemos, porém, deixar de sentir a alegria de ver os rostos iluminados pela esperança das grandes majorias de nicaraguenses, noutras épocas privados do direito à saúde, educação, moradia, alimentação... e que hoje vêem abertas as perspectivas de uma vida digna. Em sua pessoa, Santo Padre, queremos assumir coletivamente nosso esforço eclesial de comunhão e nosso compromisso de sermos construtores da paz como humildes colaboradores da imensa tarefa que Sua Santidade tem neste mundo carregado de tensões" (*Correspondência Popular*, n. 16, p. 2).

As expectativas em Nicarágua, evidentemente, eram divididas. Os meios que apóiam o processo revolucionário esperavam que o Papa ajudasse a conseguir a paz e denunciasse a agressão norte-americana; seu *eslogan* era "entre cristianismo e revolução não há contradição". Os meios da oposição insistiam muito sobre o caráter religioso da viagem e sua expectativa era vaga: "O Papa vem nos abençoar - Estou feliz, vem o Papa". Na chegada no aeroporto, houve um gesto de grandíssima importância simbólica. Depois que o Papa passou ficaram perto do avião os membros da Direção Nacional do FSLN e os bispos da Conferência Episcopal. Antes de retirar-se, por iniciativa do Comandante Tomás Borge, os dois grupos se saudaram com abraços e apertos de mãos. O gesto foi aplaudido pelo público.

O Comandante Daniel Ortega, Coordenador da Junta de Governo, recebeu o Papa não somente denunciando em seu discurso a intervenção americana, mas também reafirmou a "vocação de paz" do povo e do governo da Nicarágua e ratificou os princípios sobre a liberdade religiosa. Ele afirmou: "Santo Padre, nossa Revolução foi atacada por todos os lados e a confrontação política se manifestou em todos os terrenos. Em outubro de 1980, a Direção Nacional da FSLN, assinalava tal fenômeno e, ao mesmo tempo, ratificava sua posição de garantir plenamente o direito inalienável das pessoas de professar sua fé religiosa e difundi-la. Também manifestava nessa ocasião que nossa experiência revolucionária demonstra que quando os cristãos, apoiando-se em sua fé, são capazes de responder às necessidades do povo e da história, suas próprias crenças os leva à militância revolucionária" (Ibid., p.7).

O mesmo Comandante, na despedida, apesar das tensões havidas, renovou a esperança: "Santidade, hoje, nesta despedida da terra de Nicarágua, afirmamos ao Senhor que temos confiança que a solidariedade cristã saberá manifestar-se em favor deste povo sofrido" (Envio, n. 21, p.20).

Qual foi a mensagem do Papa neste contexto? Parecia compreender e ir ao encontro da situação do povo nos breves acenos: "compreendo as suas dificuldades" (*Na Catedral de Leão*) e "Nicarágua tão provada (...), tão vigorosa e ativa para responder aos desafios da história e procurar edificar uma sociedade à medida das necessidades materiais e da dimensão transcendente do homem!" (*Homilia em Manágua*), que, porém, não foram desenvolvidos.

A atitude de João Paulo II foi mais diplomática, às vezes fria e dura em sua expressão exterior. Os temas tratados foram Educação e Unidade da Igreja. No primeiro, sem nenhum aceno ao trabalho desenvolvido pelo governo no setor da alfabetização, lembrou "a liberdade das famílias e a liberdade de ensino no processo educativo", tendo os pais crentes o estrito direito a "não verem seus filhos submetidos, nas escolas, a programas inspirados no ateísmo" (*Discurso aos Educadores católicos*).

A homilia na Praça 19 de Julho teve como tema único a Unidade da Igreja. Pronunciou 14 vezes a palavra "bispo" e somente uma vez a palavra "paz", em resposta aos gritos do povo. Omitindo-se sobre os temas da paz e dos mortos, pedidos pelo povo, e afirmando a necessidade de "submeter nossas concepções doutrinárias e os nossos projetos pastorais ao magistério da Igreja, representado pelo Papa e pelos Bispos", João Paulo II, na situação de conflitividade eclesial, dava toda razão só a uma parte da Igreja.

No mesmo tempo, não oferecia espaço para um diálogo com a revolução nicaraguense e a nova situação que se tinha criado, com suas esperanças e seus riscos.

Não podemos negar que existe na Nicarágua uma semente nova, o projeto de um homem e de uma sociedade novos. Certamente existem riscos e forças destruidoras: uma minoria da hierarquia que procura deslegitimar o processo por via religiosa e a intenção de uma minoria sandinista para absolutizá-lo.

Parece que o Papa, além de ter necessariamente preparado os discursos em Roma, chegou com uma opinião previamente definida em relação à revolução nicaraguense. Logo na Costa Rica denunciava os "sistemas de coletivismo", podendo-se entender a referência ao sandinismo. Se foi informado sobre processos marxistas-lenistas em andamento na América Central, deve ter interpretado relacionando com outros países por ele conhecidos, onde se combate a religião e se faz propaganda do ateísmo.

Na Nicarágua o processo está em andamento. Contudo, devemos saber reconhecer as novidades existentes, também para poder favorecê-las e evitar endurecimentos. A direção do processo revolucionário garantiu a liberdade religiosa, reconheceu aos cristãos cidadania no partido revolucionário (rompendo, com isso, com a tradição marxista dogmática) e favoreceu uma consciência participativa e crítica na maioria do povo. É uma semente lançada. É uma realidade nova. Há pobres, na Nicarágua, cuja vida tem mais esperança hoje que antes de 1979.

O profetismo da Igreja deveria reconhecer essa situação e descobrir nela os novos apelos. Não é fácil para o Papa, orientado pelos exemplos marxistas concretos que conhece. Deveria ser tarefa da hierarquia local. Sabemos que parte desta está mais comprometida com as forças conservadoras.

Um comentário do Cardeal Aloísio Lordscheider a propósito dos fatos de Manágua coloca-nos o problema grave da informação. "Se a Frente Sandinista - afirmou Dom Aloísio - tivesse conversado com o Vaticano antes da visita, deveria ter pedido algo que evitasse os problemas, teria explicado ao Papa a situação" (*Jornal do Brasil*, 11.03.83). Isso significa reconhecer que o Papa estava mal - ou não suficientemente - informado sobre a situação através dos canais oficiais: Núncios, Hierarquia local, CELAM. Tais canais - por seu distanciamento e oposição - não transmitiram a nova realidade acima apontada, coisa que podia ser compensada com maior contato com a Frente Sandinista e os setores de Igreja que apoiaram a revolução.

Isso fica claramente demonstrado por certas afirmações do Papa. Logo ao chegar a Manágua falou dos "milhares e milhares de nicaraguenses que não tiveram possibilidade de vir - como desejariam -

aos lugares de encontro". Repetiu a mesma afirmação ao despedir-se da Nicarágua falando de "muitos outros que, por razões diversas, não puderam estar presentes para alimentar sua fé cristã". Isso não foi dito nos outros países, nestes termos. Os textos escritos em Roma, não correspondem à realidade. Na Praça 19 de Julho havia 600-700 mil pessoas (Manágua tem 700 mil habitantes e Nicarágua uma população de 3 milhões). Foi a concentração de massa maior da história da Nicarágua, a segunda em importância numérica da viagem pela América Central. A informação falha provinha da Cúria de Manágua que preparou a viagem com o tema daqueles que "não podiam vir a ver o Papa".

O exemplo é de pouca conta, mas pode ser indicador de um problema, o da informação, fundamental para a comunicação do Papa. Podemos perguntar qual foi a informação que recebeu no que se refere aos passos dados pela revolução sandinista, à situação dos cristãos que acompanham a luta popular em Nicarágua e, mais em geral, nos outros países da América Central.

Colocando o problema da informação, não queremos considerá-lo como único ou o mais importante. É determinante, como vimos no início, o fato de condenar igualmente direita e esquerda e de não descer a aplicações mais concretas: no contexto local é interpretado como oposição à revolução. Nesse sentido, cabe à Igreja local não tirar conclusões indevidas e aplicar os princípios do Papa a partir dos resultados positivos alcançados pela luta popular.

Desejamos terminar essas reflexões lembrando o mártir Dom Oscar Romero. O Presidente de El Salvador não queria que o Papa visitasse a Catedral onde Dom Romero está sepultado. Esse era também o parecer da maioria dos bispos que prepararam a viagem. O Papa insistiu para visitar seu irmão no episcopado, reconhecendo-o qual "zeloso Pastor que o amor de Deus e o serviço aos irmãos conduziram até à entrega da própria vida de maneira violenta". Pena que foi uma visita mais individual!

A Igreja da América Central é uma Igreja de mártires. Com Dom Romero são centenas de padres, as freiras, os catequistas, os leigos mortos por serem cristãos. Os cristãos de Nicarágua lembraram ao Papa um índio guatemalteco, da aldeia de Santa Teresa de Huehuetenango. Escrevem eles: "Lembramo-nos do Senhor, Santo Padre, porque ele tem seu mesmo nome. Chama-se João Paulo. Este João Paulo, pois, escapou vivo de um massacre do exército na aldeia dele. E contou como ali chegaram os guardas, reuniram a todos e perguntaram-lhes se eram cristãos. E quando responderam afirmativamente, levaram os homens para a escola e os fuzilaram. As pobres mulheres e as crianças para uma Igreja. Ali violaram-nas e depois as mataram juntamente com as crianças" (Manágua, 15.08.82). O sangue dos mártires sempre foi um dos sinais mais fortes da presença da Igreja de Jesus Cristo e do advento do Reino da Justiça e da Paz.